TALITHA SAEZ CARDOSO

**Reconhecimento e feminismos:
a luta pela efetividade dos direitos das mulheres**

Dissertação de Mestrado
Orientador: Professor Associado Dr. Eduardo C. B. Bittar

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2017

TALITHA SAEZ CARDOSO

**Reconhecimento e feminismos:
a luta pela efetividade dos direitos das mulheres**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Professor Associado Dr. Eduardo C. B. Bittar.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Cardoso, Talitha Saez

Reconhecimento e feminismos: a luta pela efetividade dos direitos das mulheres / Talitha Saez Cardoso ; orientador Eduardo C. B. Bittar -- São Paulo, 2017.

137

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Reconhecimento. 2. Feminismo. 3. Direitos das mulheres. 4. Direitos humanos. 5. Democracia. I. C. B. Bittar, Eduardo, orient. II. Título.

CARDOSO, Talitha Saez. **Reconhecimento e feminismos: a luta pela efetividade dos direitos das mulheres.** Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Professor Associado Eduardo C. B. Bittar.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Prof. Dr.	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

*À memória de minhas avós e de minha tia-avó,
Brasilina, Maria Carmem e Natividad.*

AGRADECIMENTOS

Minha primeira e mais profunda gratidão ao meu orientador, professor Eduardo C. B. Bittar, pela compaixão, confiança, paciência, perseverança e participação durante todo o processo de gestação deste trabalho. Agradeço muito a oportunidade concedida, especialmente num tempo em que nem eu acreditava em mim mesma. Desde 2008, quando tive o privilégio de ser sua aluna no curso de Introdução ao Estudo do Direito, são crescentes minha admiração, respeito e deslumbramento por sua obra, por sua dedicação ao ensino e por sua presença na orientação. Agradeço de coração tantas oportunidades de aprendizado envolvidas neste mestrado, seja como pesquisadora, como monitora e como pessoa. Muito obrigada, querido professor!

Agradeço à minha família todo o apoio que me tem dado, e tem sido muito. Agradeço à educação feminista que recebi desde minha concepção (obrigada mãe e pai por não buscarem saber meu “sexo” antes do nascimento) e ao cotidiano num lar revestido de igualdade de gênero, onde meus pais sempre compartilharam o trabalho doméstico, as tarefas “tipicamente femininas” eram desempenhadas por meu pai e as “tipicamente masculinas” por minha mãe. Hoje finalmente tenho condições de reconhecer tanto esforço e dedicação, faltam palavras para agradecer. Muito obrigada por seu exemplo como professores, constantemente sensíveis às injustiças socioeconômicas, e pela oportunidade de ter tido acesso à educação de qualidade sempre.

Também agradeço à minha tia Cristina, exemplo de luta pelos direitos dos animais e de coragem. Registro aqui minha gratidão por sua força e por sua vitória contra o câncer de mama. Minha admiração por ti não cabe em mim. Titia, muito obrigada por me dar tanto! Sou imensamente grata por tudo. Agradeço muito ao meu vovô Daniel por sua presença constante em minha infância e por sua lembrança como exemplo de homem adorável e dedicado. Agradeço muito à minha vovó Maria, que há pouco se foi, mas que definitivamente está sempre comigo e gravou em mim suas qualidades de mulher trabalhadora, independente e austera.

Tantos contribuíram para minha formação e consequente redação deste trabalho, e como esta talvez seja minha única oportunidade de agradecer formalmente, peço licença para tecer mais alguns necessários agradecimentos. Agradeço a todas as mulheres de minha família por suas respectivas e entrelaçadas influências feministas sobre mim. Muito

obrigada vovó Brasa por sua fé e confiança em mim. Muito obrigada tia Nena por seu exemplo, por seu trabalho social e por seu carinho. Muito obrigada tias Teca, Márcia e Marta por todo amor, carinho e afeto. E por fim, mas não menos importante (pelo contrário), agradeço à minha irmã Tayra por toda paciência, cuidado e atenção comigo. Querida irmã, muito obrigada por seu apoio genuinamente incondicional.

Finalmente, e como não poderia deixar de ser, traço aqui minha profunda gratidão às minhas amigas e amigos, que tanto me apoiaram ao longo desta travessia. Muito obrigada Vitor Ido, pela sua amizade, pelos momentos felizes e pelas angústias compartilhadas. Muito obrigada Felipe Rodolfo, amigo querido que me acompanhou e auxiliou neste mestrado do início ao fim. Muito obrigada Alair Jr., Bárbara, Elvis, Laís, Lidiane, Matheus, Vanessa e Zeca, por cada riso, cada alegria e cada luta “contra as misérias do cotidiano”. Agradeço especialmente ao Arthur, quem há anos me faz diariamente sorrir, muito obrigada por sua companhia, por me ensinar tanto e por me introduzir às melhores amizades, meus presentes divinos. Muito obrigada, amigas!

Gostaria de agradecer, por fim, a todos os professores que contribuíram para minha formação. Em especial, gostaria de agradecer aos professores Guilherme Assis de Almeida e Gislene Aparecida dos Santos, que participaram da minha banca de qualificação e em muito contribuíram para o prosseguimento deste trabalho. Espero ter honrado suas observações valiosas. Agradeço também às professoras Juliana Krueger Pela, Sheila C. Neder Cerezetti e Heloisa Buarque de Almeida por constituírem exemplos de mulheres extremamente competentes e engajadas na academia. Concluindo, gostaria de reiterar meu mais profundo agradecimento ao meu orientador e espero um dia conseguir retribuir todo seu apoio, atenção e dedicação. Muito obrigada, professor Bittar!

“O que deu a Revolução de Outubro para a trabalhadora e camponesa”, 1920

*“Casa da mãe e do filho”, “colégio para adultos”, “creche”,
“biblioteca”, “clube das trabalhadoras”*

Земля крестьянину - фабрики рабочему

“Terra para camponeses e fábricas para trabalhadores”

RESUMO

CARDOSO, Talitha Saez. **Reconhecimento e feminismos: a luta pela efetividade dos direitos das mulheres.** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho pretende investigar as demandas por reconhecimento empreendidas pelos movimentos feministas contemporâneos. Nos espaços públicos ou privados, nacionais ou transnacionais, institucionais ou líquidos, a luta pelos direitos das mulheres tem sido constante. Na travessia em direção à reconstrução dos papéis de gênero, outras diferenças como de sexualidade, raça, classe, geração, entre outros marcadores sociais da diferença, devem ser consideradas.

A hipótese do presente trabalho é: em que medida as lutas feministas por reconhecimento afetam a efetividade dos direitos humanos hoje, em particular no Brasil. O exame do direito e, em especial, dos direitos humanos sob uma lente de gênero implica investigar os déficits de igualdade e justiça. Os desafios da luta feminista, a eficácia dos direitos humanos e a consolidação da democracia no Brasil serão objetos de estudo do presente trabalho. Se no início do século XXI ainda estamos distantes de resolver questões básicas de desigualdade de gênero, ao menos o discurso tem sido afetado por correntes do feminismo, seja na academia, na militância ou na mídia. Tratar do feminino no espaço público democrático implica reconhecimento e interseccionalidade.

A escolha das contribuições críticas ao debate feminista contemporâneo de NANCY FRASER, AXEL HONNETH, JUDITH BUTLER e SEYLA BENHABIB se baseou em suas relações com o conceito de “reconhecimento”. A luta pelos direitos das mulheres no Brasil e em regiões específicas do Ocidente será também objeto de estudo. A análise histórica é necessária para entendermos os processos de formação e transformação dos movimentos feministas e suas consequências. Quanto à pesquisa no campo dos direitos humanos, serão consultadas normas de direito internacional público pertinentes ao tema, a fim de examinar como tais documentos jurídicos buscam afirmar as conquistas de direitos das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: reconhecimento; feminismo; gênero; pós-modernismo; direitos das mulheres; democracia; redistribuição; direitos humanos; igualdade.

ABSTRACT

CARDOSO, Talitha Saez. **Recognition and feminisms: the struggle for the effectiveness of women's rights**. Dissertation (Master degree), Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The present work intends to investigate the demands for recognition undertaken by contemporary feminist movements. In the public or private spaces, national or transnational, institutional or liquid, the struggle for the rights of women has been constant. In the transition towards the reconstruction of gender roles, other differences such as sexuality, race, class, generation, among other social markers of difference, must be considered.

The hypothesis of the present work is: to what extent feminist recognition struggles affect the effectiveness of human rights today, particularly in Brazil. Examining the law and, in particular, human rights under a gender lens means investigating the deficits of equality and justice. The challenges of the feminist struggle, the effectiveness of human rights and the consolidation of democracy in Brazil will be objects of study of the present work. If we are still far from solving basic issues of gender inequality in the beginning of the twenty-first century, at least the discourse has been affected by currents of feminism, whether in academia, militancy or the media. Treating the feminine in the democratic public space implies recognition and intersectionality.

The choice of critical contributions to the contemporary feminist debate of NANCY FRASER, AXEL HONNETH, JUDITH BUTLER and SEYLA BENHABIB was based on their relationship to the concept of “recognition”. The struggle for women's rights in Brazil and in specific regions of the West will also be the subject of study. Historical analysis is necessary to understand the processes of formation and transformation of feminist movements and their consequences. Concerning research in the field of human rights, public international law norms pertinent to the subject will be consulted in order to examine how such legal documents seek to affirm the achievements of women's rights.

KEYWORDS: recognition; feminism; genre; postmodernism; women's rights; democracy; redistribution; human rights; equality.

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	12
I - Reconhecimento, diferenças e feminismo	16
1.1. A questão de gênero na agenda do contemporâneo.....	17
1.2. O pós-modernismo e a emergência de afirmação do feminismo.....	29
1.3. Agenda pública, feminismo e direitos das mulheres.....	36
II - Democracia, reconhecimento e redistribuição	43
2.1. O debate filosófico contemporâneo entre reconhecimento e redistribuição	44
2.1.1.A posição de Nancy Fraser.....	49
2.1.2.A posição de Axel Honneth	56
2.1.3.A posição de Judith Butler	64
2.1.4.A posição de Seyla Benhabib.....	70
2.2. O feminino no espaço público democrático plural	74
2.3. Igualdade, diferenças e reconhecimento	86
III - Democracia, igualdade e os direitos da mulher	92
3.1. Os desafios de luta de gênero na eficácia dos direitos humanos	93
3.2. Déficit de igualdade, justiça e situação de violência.....	103
3.3. Luta feminista, direitos humanos e consolidação democrática.....	115
<i>Conclusões</i>	121
<i>Bibliografia</i>	125

INTRODUÇÃO

O reconhecimento das diferenças de gênero constitui a estrutura das demandas dos movimentos feministas contemporâneos. Nos espaços públicos ou privados, nacionais ou transnacionais, institucionais ou líquidos, a luta pelos direitos das mulheres deve ser constante. Nesta travessia em direção à reconstrução dos papéis de gênero, outras diferenças são inevitavelmente afetadas, como diferenças de sexualidade, raça, classe, entre outros marcadores sociais da diferença. Além disso, reorganizações teóricas se fazem necessárias para atender a emergência de novos atores sociais e suas demandas por respeito, participação e dignidade de fato.

Na pós-Modernidade, os conceitos universais de razão, ciência, natureza, linguagem e sujeito são questionados. Nesse sentido, o que se entende por “pós-modernismo feminista” vai ao encontro da ideia de que o conhecimento pode ser contestado. Vale notar que questionar a suposta objetividade do conhecimento produzido pela modernidade não implica abandoná-la, mas sim assumir que o conhecimento situado também pode ser objetivo.

O desenvolvimento de uma epistemologia feminista possibilitou o questionamento de métodos classificados como científicos. Também os interesses envolvidos na produção de conhecimento passaram a ser objeto de investigação. O conceito de conhecimento em si se relaciona diretamente a questões de gênero, raça, classe e poder. A ideia moderna de conhecimento objetivo, racional e apolítico reproduz na realidade relações de poder. Deste modo, também os sistemas jurídicos devem ser questionados. A proposta feminista para um conceito de conhecimento reconhece as diferenças e reivindica valor científico ao subjetivo, emocional e sensível. Assim, a afirmação do feminismo é necessária à pós-Modernidade.

A hipótese do presente trabalho é: em que medida as lutas feministas por reconhecimento afetam a efetividade dos direitos humanos hoje, em particular no Brasil. O exame do direito e, em especial, dos direitos humanos sob uma lente de gênero implica investigar os déficits de igualdade e justiça. Os desafios da luta feminista, a eficácia dos direitos humanos e a consolidação da democracia no Brasil¹ serão objetos de estudo do

¹ Desde a elaboração do projeto de pesquisa em 2014 até o depósito do presente trabalho em 2017, o contexto político do Brasil pendeu da reeleição da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, para o (des)governo de seu vice-presidente. Nos termos de Boaventura de Sousa Santos, o Brasil sofreu um “golpe constitucional-

presente trabalho. Conforme se examinará adiante, o feminino no espaço público democrático contribui para a construção de uma cultura de direitos humanos fundada na diversidade, dignidade e respeito. E por que estudar feminismos no Direito? Se na segunda década do século XXI ainda estamos distantes de resolver questões básicas de desigualdade de gênero, ao menos o discurso tem sido afetado por correntes do feminismo, seja na academia, na militância ou na mídia. Uma série de reportagens em jornais², revistas³, programas em rede aberta de televisão⁴, organizações de trabalhadores⁵, entre outros, tem tratado da “questão da mulher” em diversas perspectivas.

Além do espaço crescente nos meios de comunicação, os movimentos de mulheres têm participado ativamente de marchas e protestos contra a ameaça de perda de direitos, resultado do cenário político brasileiro atual. Deste modo, questões de gênero têm se inserido progressivamente na agenda do contemporâneo. Os direitos das mulheres, conquistados a partir de muita luta, devem ser constantemente vigiados para que as garantias básicas conquistadas não sejam abolidas, especialmente em contextos de instabilidade, como o vivido neste momento no Brasil. Por isso, os direitos das mulheres devem estar presentes de modo permanente na agenda pública, seja para vigiar aqueles já conquistados, seja para efetivar outros ainda não adquiridos ou adquiridos de modo insatisfatório.

Tratar do feminino no espaço público democrático implica reconhecimento e interseccionalidade. A escolha do tema partiu de uma preocupação com a diversidade de categorias articuladas com gênero. Especialmente no cenário brasileiro, estudar os

judicial”, cujos retrocessos são ilimitados. Lamentavelmente, o retorno à normalidade democrática ainda parece uma perspectiva distante.

² “Boa parte do mundo ocidental acha que está tudo bem, que se as mulheres podem votar está tudo bem, mas eu acredito que gênero seja um problema no mundo e que nós deveríamos discuti-lo mais”, Chimamanda Ngozi Adichie. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/02/1591504-fui-a-bons-restaurantes-no-brasil-e-nao-vi-uma-unica-pessoa-negra.shtml>. Acesso em: 19 fev. 2015.

³ “A primavera das mulheres. As mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país”, Revista Época, nº 909, 9/11/2015. “As mulheres dizem não, não ao assédio sexual, não ao racismo, não à perda de direitos civis, não à intolerância, não a Eduardo Cunha”, Revista Isto É, ano 38, nº 2397, 11/11/2015. “Simone de Beauvoir e a filosofia da condição feminina”, Revista Cult, nº 207, ano 18, novembro 2015. “Angela Davis, reverberações de seu pensamento em movimentos negros, feministas e acadêmicos no Brasil”, Revista Cult, nº 217, ano 19, outubro 2016. “As mulheres na vanguarda, prenúncio da Revolução Russa”, Revista Cult, nº 220, ano 20, fevereiro 2017.

⁴ Programa Eliana, exibido pelo SBT, falou sobre violência contra a mulher e direitos das mulheres em 12, 19 e 26 de junho e 03 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.justicadesaia.com.br/programa-eliana-fala-sobre-violencia-contramulher/>. Acesso em: 03 jul. 2016.

⁵ “Selo qualifica empresas que promovem igualdade entre homens e mulheres no trabalho”, 19 de abril de 2016. Disponível em: <http://fsindical.org.br/mulher/selo-qualifica-empresas-que-promovem-igualdade-entre-homens-e-mulheres-no-trabalho>. Acesso em: 03 jul. 2016. “Chegou a vez delas. No ano da Mulher Advogada, as mulheres têm muito mais espaço para comemorar a vitória da igualdade”. Jornal do Advogado, OAB São Paulo, ano XLI, junho de 2016, número 417.

feminismos a partir de uma premissa de unidade entre as mulheres seria, no mínimo, delirante. As problemáticas envolvendo mulheres no Brasil contemporâneo exigem que interseccionalidades sejam consideradas, tanto para fins de políticas públicas internas, como para fins de políticas externas em organismos internacionais.

Os desafios da luta de gênero para a efetividade dos direitos humanos são amplos. Déficits de igualdade e justiça são evidentes em situações de violência vividas cotidianamente por mulheres no Brasil. Os índices de estupro no país, por exemplo, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁶, atestam que a cada ano cerca de 527 mil pessoas são estupradas no país, sendo que somente 10% são registrados nas delegacias, 89% das vítimas são mulheres, mais de 70% das vítimas são crianças e adolescentes e em 50% dos casos envolvendo menores há histórico de estupros anteriores.

Além de outras formas de violência sofrida pelas mulheres (devido à sua condição de mulher), a violência doméstica e a violência máxima, o assassinato de mulheres, cometidas no Brasil evidenciam a atualidade das lutas feministas e a urgência da consolidação dos direitos humanos. A partir deste diagnóstico, o debate feminista contemporâneo tem se ocupado da interpretação de tal realidade e da proposição de possibilidades de emancipação. As construções teóricas originais e as contribuições positivas das pensadoras e pensadores contemporâneos, que têm se dedicado a debater a emancipação da mulher, em sua multiplicidade, são fundamentais para a consolidação democrática.

Quanto à metodologia utilizada, no presente trabalho, conforme ensina EDUARDO C. B. BITTAR⁷, no campo das ciências humanas, é fundamental a leitura de textos bibliográficos, estatísticas oficiais, documentos históricos, interpretação de normas jurídicas, entre outras fontes, que compõem os recursos metodológicos para a pesquisa. Deste modo, o trabalho foi edificado por meio de pesquisa bibliográfica de livros, periódicos e revistas (eletrônicos ou não). A escolha das contribuições críticas ao debate feminista contemporâneo de NANCY FRASER, AXEL HONNETH, JUDITH BUTLER e SEYLA BENHABIB se baseou nas suas relações com os conceitos de “reconhecimento” e “feminismos”.

⁶ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁷ Bittar, **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**, 12^a ed., 2014, p. 276 e s.

Buscou-se examinar também historicamente a luta pelos direitos das mulheres no Brasil e em regiões específicas do Ocidente que influenciaram de alguma maneira a realidade brasileira. A análise histórica é necessária para entendermos os processos de formação e transformação dos movimentos feministas e suas consequências. Quanto à pesquisa no campo dos direitos humanos, foram consultadas normas de direito internacional público pertinentes ao tema, a fim de examinar como tais documentos jurídicos buscam afirmar as conquistas de direitos das mulheres.

CONCLUSÕES

Feminismo, do francês *féminisme*, “movimento daqueles que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher, ou a equiparação dos seus direitos aos do homem”³²⁹. A definição encontrada no dicionário revela a relação íntima entre feminismo e direito. A contração “daqueles” (combinação da preposição ‘de’ com o pronome demonstrativo ‘aquele’) indica o envolvimento de elementos femininos e masculinos, já que a gramática portuguesa toma o masculino como parâmetro da humanidade. A desestabilização do monopólio masculino do discurso pelas feministas tem contribuído, desde as primeiras manifestações feministas por igualdade, para tornar visível uma série de opressões vividas cotidianamente por mulheres em diversas esferas da vida. A questão de gênero na agenda do contemporâneo revela o esforço conjunto da diversidade de mulheres para desenvolver ciências humanas, biológicas e exatas, a partir de uma perspectiva inclusiva do feminino e suas derivações. Desde as primeiras demandas públicas das mulheres, especialmente no cenário da Revolução Francesa, até a contemporaneidade, a luta pelos direitos das mulheres tem sido contínua.

A partir da década de 1980, o pós-modernismo e a emergência de afirmação do feminismo se alinham e, com isso, se observou um movimento de desconstrução de conceitos basilares do imaginário das sociedades ocidentais. Nesse sentido, o pós-feminismo se firmou como uma possibilidade de tradução da existência da necessária diversidade de feminismos como meio de resistência aos discursos hegemônicos. Dessa forma, a categoria “mulheres” implica permanente abertura e ressignificação, a fim de afastar a tendência essencialista da re-universalização da subjetividade feminina. No campo do direito, a análise de discursos jurídicos sob uma lente pós-feminista reconhece a linguagem jurídica como um lugar de constante luta política. O feminismo e os direitos das mulheres têm conquistado um espaço determinante na agenda pública e fomentado a construção de uma nova concepção de cidadania. A respeito da consolidação democrática, o debate filosófico contemporâneo entre reconhecimento e redistribuição tem contribuído para o fortalecimento das relações entre teoria e prática. A fim de examinar os conceitos de “reconhecimento” e “redistribuição”, e suas relações com as teorias feministas, optou-se por uma pontual investigação das contribuições críticas ao debate feminista contemporâneo de NANCY FRASER, AXEL HONNETH, JUDITH BUTLER e SEYLA BENHABIB. À parte dos

³²⁹ Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2ª ed., 19ª impressão, Editora Nova Fronteira.

pontos divergentes entre os respectivos modelos desenvolvidos pelas autoras e autor norteadores desta pesquisa, suas reformulações da Teoria Crítica contemporânea oferecem um rico aparato teórico para investigar as reivindicações das mulheres na contemporaneidade.

O espaço público tem sido historicamente relacionado ao masculino, principalmente a partir do século XIX quando a separação entre o público e o privado foi determinante para o funcionamento do modelo capitalista de produção. A definição tradicional de espaço político, baseado nas supostas racionalidade e imparcialidade, expulsa as mulheres da esfera pública. Vale lembrar que o reconhecimento formal de direitos não garantiu representação e participação efetiva das mulheres no espaço político. As características tradicionalmente relacionadas ao feminino não são negativas em si, porém no âmbito da esfera pública são subvalorizadas e desprezadas, o que conduz à crença na incapacidade feminina para o exercício da política. Além disso, as situações de desigualdade suportadas a cada dia pelas mulheres, consideradas em sua diversidade, dificultam sua participação política. No combate às restrições de acesso político, as mulheres têm se organizado em movimentos de luta por sua emancipação.

Para localizar historicamente tais movimentos e suas respectivas demandas, foi empregada a ideia de ondas, como uma metáfora para estabelecer uma relação entre diferentes gerações de mulheres. A primeira onda do movimento feminista emergiu das lutas pelo direito ao voto, a segunda contribuiu para a gênese da categoria “gênero” e para incluir a vida privada no debate público, e por fim a terceira se alinhou às questões multiculturais. No Brasil contemporâneo, os problemas de gênero ainda são ilimitados. Com base nos dados da realidade apresentados anteriormente, é evidente a leitura do Brasil como um país violento, sobretudo assassino de mulheres negras de baixa renda. A noção de justiça é marcadamente enviesada por recortes de raça, gênero e classe, sendo urgentes muitas lutas e transformações sociais. As demandas por igualdade e reconhecimento se refletem em certa medida no direito e, em matéria de combate às formas de violência contra a mulher, por meio de leis específicas, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Apesar da interseccionalidade entre gênero e sexualidade não ter sido de fato contemplada, e da falta de reconhecimento da heterogeneidade da categoria mulheres pela Lei Maria da Penha, a existência de proteção legal expressa e específica materializa uma conquista inédita de direitos humanos das mulheres no Brasil.

Além da previsão de punições por meio de leis, é necessário desenvolver métodos efetivos de prevenção, capazes de reeducar os homens e redefinir os sentidos da masculinidade. No âmbito do judiciário e da atuação policial, é nítido como a interseccionalidade entre gênero e raça condiciona o acesso à justiça e a busca por amparo em situações de violência. A relação entre gênero, raça, sexualidade e temporalidade é determinante na percepção das diferenças e como as experiências de exclusão com base em identidades discriminadas resultam dos dispositivos de poder aplicados pelos operadores do Direito.

No âmbito do direito internacional, a igualdade de gênero é uma garantia fundamental dos direitos humanos. Desde a aprovação da Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, em 1967, e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 1979, tem sido notório e fascinante o envolvimento e organização dos movimentos de mulheres de diversas nações. Na segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em 1993, a participação dos movimentos de mulheres levou à inclusão do mote “direitos da mulher são direitos humanos” nos dispositivos em matéria de eliminação de toda forma de violência de gênero na Declaração de Viena, conforme a qual os direitos humanos das mulheres e meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais.

Em 1995, com a quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, uma nova agenda foi estabelecida, a fim de incluir reivindicações pela efetividade dos direitos das mulheres em programas de políticas públicas. No entanto, apesar da consolidação da rede de instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, ainda persistem muitos desafios para a efetividade dos direitos humanos das mulheres. Conforme tratado anteriormente, as mulheres ainda enfrentam muitos déficits de direito à educação, direito à saúde, direitos sexuais e reprodutivos, direito ao trabalho e de acesso à justiça.

No período de redemocratização do Brasil, houve a criação das Delegacias da Mulher, principal política pública de atendimento a vítimas de violência doméstica, difundida inclusive para outros países da América Latina. No entanto, as atividades das Delegacias da Mulher sofreram os efeitos da criação dos Juizados Especiais Criminais, responsáveis por julgar infrações penais de menor poder ofensivo, ou seja, a maioria das ocorrências registradas nas Delegacias da Mulher. Na prática, era nítida a ideologia familista envolvida nos JECrim ao deslegitimar a mulher enquanto vítima de violência. Após uma década de críticas feministas a tal situação, a competência dos JECrim foi

transferida para os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instituídos pela Lei Maria da Penha.

Por meio de alianças promovidas entre o governo de LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e ONGs feministas, foi elaborada e aprovada a Lei Maria da Penha, representando uma vitória histórica dos movimentos feministas nacionais. Entretanto, a aplicação das previsões legais expõe sua insuficiência para garantir os direitos reconhecidos formalmente. Os limites impostos pelo próprio sistema jurídico e a escassez de recursos para efetivar as regras de proteção às mulheres têm constituído os principais obstáculos à efetividade dos direitos previstos. Por fim, a aprovação da Lei do Feminicídio, no governo de DILMA ROUSSEFF, reflete um avanço no combate à instância última do controle da mulher pelo homem, qual seja: assassinato pela mera condição de ser mulher. A partir dos diversos dados apresentados neste trabalho, é incontestável a posição do Brasil enquanto país extremamente violento e assassino de mulheres e meninas.

Quanto à lutas feministas pela efetividade dos direitos humanos e pela consolidação democrática, ela se apresenta hoje como uma possibilidade real de emancipação, ainda que restrita. Com o restabelecimento dos Estados democráticos, pós ditaduras militares na América Latina, houve um processo de internalização das normas internacionais de direitos humanos nos ordenamentos jurídicos nacionais. Com isso, as lutas das mulheres por igualdade se deslocaram da formalidade (o princípio da igualdade é fundamental em qualquer constituição que se pretenda democrática) para a igualdade de fato. No âmbito dos direitos humanos, os discursos do Estado brasileiro colidem com suas práticas, já que no ambiente internacional o país ratifica e se compromete perante diversas normas internacionais de direitos humanos, porém internamente promove práticas heterogêneas e contraditórias, violadoras de direitos humanos.

Por fim, espera-se que o presente trabalho tenha contribuído, de alguma maneira, ao diagnóstico dos feminismos da nossa época. As mulheres das gerações passadas devem ser continuamente lembradas, as do presente necessitam de forças, coragem e apoio mútuo para resistir e para que as gerações por vir possam experimentar uma igualdade real. Assim, vale concluir com a lembrança da vanguarda da Revolução Russa de 1917, composta por mulheres trabalhadoras e oprimidas. Nos termos de Svetlana Aleksiévitich³³⁰, “você põe o ponto final, e ali mesmo ele se transforma em reticências...”

³³⁰ Aleksiévitich, **A guerra não tem rosto de mulher**, 1ª ed., 2016, p. 27.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR GARCIA, Teresa. Feminismo postmoderno: D. J. Haraway y S. Harding. **Eidos**, Barranquilla, n. 8, Jan. 2008, p. 220-231. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/eidos/n8/n8a11.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A Guerra não tem rosto de mulher**. Tradução Cecília Rosas. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALLEN, A. **The politics of our selves: power, autonomy, and gender in contemporary critical theory**. New York: Columbia University Press, 2007.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. A Declaração dos Direitos Humanos de 1948: matriz do direito internacional dos direitos humanos. In: ALMEIDA, Guilherme A. de; PERRONE-MOISÉS, Cláudia. **Direito internacional dos direitos humanos: instrumentos básicos**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. O triângulo invertido. Indignidade da pessoa e grave violação de direitos humanos no Brasil. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito – PUCRS**, Porto Alegre, Volume 7, Número 1, p. 18-29, janeiro-junho 2015.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela, **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 177-192, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a11v15n1.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Trocando em Miúdos, Gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, nº 79, jun. 2012, p. 125-137. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a08.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENHABIB, S.; BUTLER, J. et al. **Feminist contentions: a philosophical exchange**. Nova Iorque: Routledge, 1995.

_____. Sexual difference and collective identities: the new global constellation. **Signs**, v. 24, n. 2, pp. 335-61, 1999.

_____. **Situating the Self. Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics**. New York: Routledge, 1992.

_____. **The Claims of Culture. Equality and Diversity in the Global Era**. Princeton University Press: UK, 2002.

_____. **The reluctant modernism of Hannah Arendt**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1996.

BILGE, Sirma. Intersectionality Undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies, **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, 10:2, 2013. Disponível em: <http://scalar.usc.edu/works/ftn-ethnic-studies-pedagogy-workbook-/media/Bilge2013_Intersectionality_Undone.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, p. 269-299, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a11n34.pdf>>. Acesso em: 07 out 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BITTAR, Eduardo C. B. **O direito na pós-modernidade e reflexões frankfurtianas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Democracia, justiça e emancipação social: reflexões jusfilosóficas a partir do pensamento de Jürgen Habermas**. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

_____. **Metodologia da pesquisa jurídica. Teoria e prática da monografia para os cursos de direitos**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BLAY, Eva A. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, Junho 2006.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967** (de 24 de janeiro de 1967). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Habeas Corpus 124.306 Rio de Janeiro. Relator: AURÉLIO, Marco. Voto-vista: BARROSO, Luís Roberto. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

BRASIL. Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. **Diário Oficial da União**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRASIL. Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRASIL. Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto n. 89.460, de 20 de março de 1984. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm>. Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BRASIL. Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BUTLER, Judith. Contingent foundations: Feminism and the question of 'postmodernism'. In: Steven Seidman (ed.). **The Postmodern Turn**. p. 153-170. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1999.

_____. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CABAL, Luisa; LEMAITRE, Julieta; ROA, Mónica (EDS.). **Cuerpo y derecho. Legislación y jurisprudencia en América Latina**. Centro para Derechos Reproductivos y Universidad de Los Andes, Bogotá, TEMIS, Noviembre 2001.

CAMPOI, Isabela C. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, Franca, v. 30, n. 2, p. 196-213, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de março de 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 118, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

CERQUEIRA, Daniel; MARTINS, Ana Paula Antunes; MATOS, Mariana Vieira Martins. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar)**. Março de 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150302_nt_diest_13.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, abril 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Organização dos Estados Americanos. **Relatório Anual 2000. Relatório nº 54/01. Caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes. Brasil**. 4 de abril de 2001. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em: 25 jan 2017.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “convenção de Belém do Pará”** (Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral). Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: **Stanford Law Review**, vol. 43, n. 6, julho, 1991.

CRIOLA; GELEDÉS. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil. Violências e violações**. Disponível em: <<http://www.criola.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Dossie-Mulheres-Negras-PT-WEB3.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

CYFER, Ingrid; NEVES, Raphael. Entrevista com Nancy Fraser. In: **Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero**. Organizadora: Maria Aparecida Abreu. Brasília: Ipea, 2011.

CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 94, p. 41-77, Apr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n94/0102-6445-ln-94-00041.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **The tension between inclusion and exclusion in Judith Butler's work**. Critical Theory Roundtable: Dartmouth College, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/9560431/The_tension_between_inclusion_and_exclusion_in_Judith_Butlers_work>. Acesso em: 26 de junho de 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher e da cidadã por Olímpia de Gouges**. São Paulo: Saraiva, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE BARBIERI, Teresita. Certezas y malos entendidos sobre la categoría de género. In: **Estudios básicos de Derechos Humanos**. Vol. IV, IIDH, 47-84, San José, 1997.

DEBERT, Guita Grin. As Delegacias de Defesa da Mulher: Judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In Mariza Corrêa e Érica Renata de Souza (org.), **Vida em família: Uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”**. Campinas, SP: Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero/ Universidade Estadual de Campinas, 2006

DEVANCE, Louis. Le féminisme pendant la Révolution française, in **Annales historiques de la Révolution française**, n° 229, 1977, p. 341-376 Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/AsPDF/ahrf_0003-4436_1977_num_229_1_1007.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

DINIZ, Debora. Vírus Zika e mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, maio 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n5/1678-4464-csp-32-05-e00046316.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Questões entre a psicanálise e o DSM. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 47, n. 87, p. 89-90, dez. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v47n87/v47n87a06.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 20.892, de 4 de abril de 1983. Cria o Conselho Estadual da Condição Feminina. **Gabinete Civil do Governador**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=57579>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. Tunja, v. 18, n. 26, p. 311-326, Janeiro-Junho 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rhel/v18n26/v18n26a14.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FEMENIAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 11-25, Janeiro/Abril 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a02v15n1.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

FERRAZ, Anna C. C.; ALVIM, Márcia C. S.; LEISTER, Margareth A (org.). **Evolução dos direitos da mulher no Brasil a Lei Maria da Penha**. Osasco: EDIFIEO, 2014.

FRASER, Nancy. After the Family Wage: Gender Equity and the Welfare State. **Political Theory**, vol. 22, n. 4, pp. 591-618, Nov. 1994.

_____. Beyond the Master/Subject Model: Reflections on Pateman's The Sexual Contract. **Social Text**, n. 37, 1993.

_____. Feminist Politics in the Age of Recognition: A Two-Dimensional Approach to Gender Justice. **Studies in Social Justice**, Volume 1, Number 1, Winter 2007.

_____. **Fortunes of feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. Brooklyn, N.Y.: Verso Books, 2013.

_____. **Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition**. New York: Routledge, 1997.

_____. Justiça Anormal. Tradução: Norman Michael Rodi. Revisão e Coordenação da Tradução: Prof. Dr. Eduardo Carlos Bianca Bittar. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 108, p. 739-768, jan./dez. 2013.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.

_____. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. Tradução Natália Luchini. **Revista Direito GV**, n. 14, pp. 617-634, Jul-Dez 2011.

_____. Movimientos Sociales vs. Burocracias Disciplinarias: los discursos de las necesidades sociales. **Diánoia**, vol. 32, n. 32, p. 167-202, 1986.

_____. Multiculturalism and Gender Equity: The U.S. “Difference” Debates Revisited. **Constellations**, vol. 3, n. 1, 1996.

_____. Redistribución y reconocimiento: hacia una visión integrada de justicia del género. **RIFP – Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 8, 1996.

_____. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a01n77.pdf>>. Acesso em: 29 abril 2016.

_____. Reframing justice in a globalizing world. **New Left Review**, n° 36, nov/dez 2005.

_____. Sex, Lies, and the Public Sphere: Some Reflections on the Confirmation of Clarence Thomas. **Critical Inquiry**, n. 18, p. 595-612, 1992.

_____. **Unruly practices: power, discourse, and gender in contemporary social theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Reconhecimento sem ética? In: **Teoria Crítica no século XXI**. Jessé Souza, Patrícia Mattos (Org.). São Paulo: Annablume, 2007.

FREEDMAN, Estelle B. **No turning back: the history of feminism and the future of women**. New York: Ballantine Books, 2002.

FRUG, Mary Joe. A Postmodern Feminist Legal Manifesto. **Harvard Law Review** (The Harvard Law Review Association), n. 105, 1991-1992, p. 1045–1075.

GALLARDO, Helio. **Teoria crítica: matriz e possibilidade de direitos humanos**. Tradução Patricia Fernandes. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GARCÉS, Rocío Rosero; VEGA, Cecilia Valdivieso. **Reforming the legislation on the age of marriage: successful experiences and lessons learned from Latin America and the Caribbean**. UN Women, UNICEF, UNFPA, World Health Organization (WHO), UNAIDS, Pan American Health Organization (PAHO). Report 2016. Disponível em: <<http://www.girlsnotbrides.org/reports-and-publications/reforming-legislation-age-marriage-successful-experiences-lessons-learned-latin-america-caribbean/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GARCÍA, Francisco Vázquez. **Del sexo dicotómico al sexo cromático. La subjetividad transgénera y los límites del constructivismo**. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/10/122>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

GIRARD, Françoise. Negotiating Sexual Rights and Sexual Orientation at the UM. In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert (ed.). **SexPolitics - Reports from the Front Lines**. Sexuality Policy Watch (SPW): 2004.

GOLDMAN, Wendy Z. **Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. Tradução de Natália Angyalossy Alfonso. São Paulo: Boitempo, 2014.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia? A genealogia filosófica de uma grande aventura humana.** Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal e FERREIRA, Tania Maria Tavares. Myrthes Gomes de Campos: pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. In: **Revista do Instituto de Estudos de Gênero**, v.9, n.2, p.135-151, Niterói, RJ, 2009.

HANASHIRO, Olaya Sílvia Machado Portella. **O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, Junho 2004.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In: **Feminism and Methodology**, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1987.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini et al. Indicadores da participação feminina. In **Ciência e Tecnologia**. Transinformação, Campinas, v. 19, n. 2, p. 177, agosto 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v19n2/07.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna.** Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HESPANHA, António Manuel. **A cultura jurídica europeia.** Coimbra: Almedina, 2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura.** Organização de Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: **Teoria Crítica no século XXI**. Jessé Souza, Patrícia Mattos (Org.). São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Disrespect: The Normative Foundations of Critical Theory.** Cambridge: Polity Press, 2007.

_____. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** 2ª ed. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2011.

_____. Redistribution as Recognition. A Response to Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange.** New York: Verso, 2003.

_____. **Freedom's Right: The Social Foundations of Democratic Life.** Joseph Ganahl (tr.). Cambridge: Polity Press, 2014.

HORKHEIMER, Max. **Between philosophy and social science: selected early writings.** Cambridge, Mass., MIT Press, 1993.

_____. **Teoria crítica: uma documentação.** COHN, Hilde (trad). São Paulo, Perspectiva, 2015.

_____. **Traditionelle und kritische Theorie: vier Aufsätze.** Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 1980.

HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In Heloísa Buarque de Hollanda (org.). **Pós-modernismo e política.** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres.** Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br>>. Acesso em: 01 fev. 2017

IRIGARAY, Luce. **This sex which is no one.** Translated by Catherine Porter with Carolyn Burke. New York: Cornell University Press, 1985.

JOAS, Hans. **A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos.** Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade.** São Paulo: Boitempo, 2016.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 93, jul. 2012, p. 45-58. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

_____. Relations of difference: Power and inequality in intersectional and postcolonial feminist theories. **Current Sociology**, out. 2016, p. 01-21. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011392116665152>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LACEY, Nicola. Feminist legal theories and the rights of women. In: KNOP, Karen (ed.). **Gender and Human Rights.** New York: Oxford University Press, 2006.

LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAMAS, Marta. 1986. La antropología feminista y la categoría “gênero”. **Nueva Antropología**, vol. VIII, n. 30, México, 1986, p. 173-198.

LUÑO, Antonio Enrique Pérez. Las Generaciones de Derechos Humanos. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, v. 2, n. 1, jan/jun, 2013, p. 167. Disponível em: <www.ufsm.br/redesg>. Acesso em: 13 jan. 2017.

LYOTARD, Jean François. **La condition postmoderne. Rapport sur le savoir.** Paris, Éditions de Minuit, 1979.

_____. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Afrontamento, 2005.

MELO, Rúion Soares. Habermas e a estrutura “reflexiva” do direito. **Revista DIREITO GV 1**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 67-78, Maio 2005.

_____. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea, **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 15, p. 17-36, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n15/0103-3352-rbcpol-15-00017.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

MONTECINO, Sonia. Devenir de una traslación: de la mujer al género o de lo universal a lo particular, in **Conceptos de Género y Desarrollo**. Santiago: PIEG, 1996, p. 11-25.

MORSINK, Johannes. Women’s rights in the Universal Declaration. **Human Rights Quarterly**, vol. 13, n. 2, maio de 1991.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de Teoria Crítica**. Marcos Nobre (org.) - Campinas: Papirus Editora, 2008.

NOBRE, Marcos. Teoria crítica: uma nova geração. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 23-27, julho 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a03.pdf>>. Acesso em: 12 Mar. 2016.

O Decênio 1975-1985 das Nações Unidas para a Mulher. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 38, n. 1, p. 5-6, mar. 1985. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v38n1/v38n1a01.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

OFFEN, Karen. **European Feminisms 1700-1950. A political history**. Stanford University Press, 2000.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/un-charter/preamble/index.html>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

ONU. **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/legislacao/internacionais/conv_01>. Acesso em: 17 jan. 2017

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

ONU. **Vienna Declaration and Programme of Action**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PANDJIARJIAN, Valeria. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil, in Carmen Simone G. Diniz, Lenira P. Da Silveira e Liz Andrea L. Mirian (orgs.), **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. **Revista direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 408, dezembro 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0407.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília M. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Campinas: Pagu/Unicamp, 2008.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. ‘Legítima defesa da honra’: ilegítima impunidade dos assassinos: um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. Quem tem direito ao “uso do véu”? (uma contribuição para pensar a questão brasileira). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 377-403, junho 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30397.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

_____. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, junho 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. WROBEL, Fanny (trad). 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PRA, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, Apr. 2012.

PRA, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 169-196, dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0169.pdf>>. Acesso em: 15 dez 2016.

ROMANO, Roberto. A mulher e a desrazão ocidental, in **Lux in tenebris: meditações sobre filosofia e cultura**. Campinas: Cortez, 1987. p. 123-132.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex, in: LEWIN, Ellen (edit.). **Feminist anthropology: a reader**. USA: Blackwell Publishing, 2006. p. 87-106.

SAAVEDRA, Giovani Agostini. A teoria crítica de Axel Honneth. In: **Teoria Crítica no século XXI**. Jessé Souza, Patrícia Mattos (Org.). São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 26-57, 2007.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v4n7/a03v4n7.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. The Heterogeneous State and Legal Plurality. In Boaventura de Sousa Santos, João Carlos Trindade e Maria Paula Meneses (Org.), **Law and Justice in a Multicultural Society: The Case of Mozambique**. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa, 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, dez. 2015, p. 184-207. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00184.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. Mark Tushnet e as assim chamadas dimensões (“gerações”) dos direitos humanos e fundamentais: breves notas, Um dossiê sobre taxonomia das gerações de direitos, **Revista Estudos Institucionais**, vol. 2, p. 498-516, 2016.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis, in **The American Historical Review**, vol. 91, n. 5. (Dez., 1986), p. 1053-1075.

_____. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SPRINGER, Kimberly. Third Wave Black Feminism? **Signs**, Vol. 27, N. 4 (Summer 2002), p. 1062. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/339636>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SULLEROT, Evelyne; BUSTAMANTE, Melitón. **Historia y sociología del trabajo femenino**. Barcelona: Península, 1988.

TAYLOR, A.Y., LAURO, G., SEGUNDO, M., GREENE, M.E. “Ela vai no meu barco”. **Casamento na infância e adolescência no Brasil**. Resultados de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US. Setembro 2015, p. 56-68.

TRUTH, Sojourner. **Ain't I a Woman?** Dezembro, 1851. Disponível em: <<http://legacy.fordham.edu/halsall/mod/sojtruth-woman.asp>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

UNICEF LACRO. **Legal minimum ages and the realization of adolescents' rights**. Disponível em: <[https://www.unicef.org/lac/20160406_UNICEF_Edades_Minima_Eng\(1\).pdf](https://www.unicef.org/lac/20160406_UNICEF_Edades_Minima_Eng(1).pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2017.

UNICEF. **Gender Action Plan 2014-2017**. Disponível em: <https://www.unicef.org/esaro/UNICEF_Gender_Action_Plan_2014-2017.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

Universal Declaration of Human Rights. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

UN Women Watch. Disponível em: <<http://womenwatch.unwomen.org/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

VANNEWKIRK, Robbin Hillary. **Third Wave Feminist History and the Politics of Being Visible and Being Real.** Thesis, Georgia State University, 2006, p. 10. Disponível em: <http://scholarworks.gsu.edu/wsi_theses/1>. Acesso em: 25 out. 2016.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA**, São Paulo, v. 21, p. 230-231, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v21nspe/29258.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

WASELFSZ, Julio J. **Mapa da violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.** Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

World Conferences on Women. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>>. Acesso em: 29 out 2016.

YOUNG, Iris Marion. Recognition of Love's Labor: Considering Axel Honneth's Feminism. In: OWEN, David; VAN DEN BRINK, Bert. **Recognition and Power: Axel Honneth and the Tradition of Critical Social Theory.** New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. Structural injustice and the politics of difference. In: Gary Craig, Tania Burchardt, David Gordon (ed.). **Social justice and public policy. Seeking fairness in diverse societies.** The Policy Press: University of Bristol, 2008.